ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DURANTE A TRAMITAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1959 - 1961)

Gizeli Fermino Coelho (Bolsista CAPES/UEM)[1]
Maria Cristina Gomes Machado (CNPq/UEM)[2]

Ejes: 2

Este estudo elegeu como tema o posicionamento teórico de Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999) em defesa da democratização da escola pública, amplamente debatido na imprensa durante a "Campanha em Defesa da Escola Pública", importante movimento civil que se desencadeou na fase final da tramitação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/1961) 1959-1961. O estudo tem por objetivo investigar as proposições do autor sobre a educação com ênfase no caráter educativo que a imprensa, no século XX, desempenhou em favor do processo de modernização da sociedade brasileira. Trata-se de um estudo bibliográfico, que utiliza como fonte de pesquisa os escritos de Barros, publicados no jornal *O Estado de São Paulo* e, como literaturas de apoio, produções intelectuais de autores que foram seus interlocutores com contribuições para a elucidação das questões que se tornaram objeto de disputas naquele contexto. A pesquisa fundamenta-se com base na análise histórica, eixo teórico-metodológico que toma como ponto de partida os embates humanos, realizados em favor da construção e da reprodução das condições de vida, neste caso específico, a luta travada contra as forças conservadoras, representadas pelos defensores da escola particular e, consequentemente, da permanência do status quo social.No Brasil, o período compreendido entre o final da década de 1950 e o início de 1960 foi marcado por efervescências políticas, sociais, econômicas e culturais, dentre as quais se encontram intensas discussões acerca da importância da educação para o desenvolvimento da sociedade, contexto que levou Roque Spencer Maciel de Barros a debater, por meio da imprensa, a necessidade de se construir um sistema de ensino público que fosse capaz de transformar o Brasil, um país atrasado, num país que estivesse "ao nível do século". Para isso, o autor destacou que era imprescindível que a escola pública fosse inteiramente financiada, ofertada e supervisionada pelo Estado, porque em sua perspectiva seria a única forma de se garantir o acesso das camadas populares à educação. Como garantia de universalizar o ensino público, defendeu sua laicidade, gratuidade e obrigatoriedade.

---

[1] Doutoranda em EducaçãopelaUniversidade Estadual de Maringá (UEM), vinculada à linha de História da
Educação. Mestre em Educação pela mesma instituição. Especialista em Arte e Educação IPE. Graduada em Pedagogia pelaUniversidade Estadual de Maringá (UEM). Participa no Grupode pesquisas e Estudos História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).E-mail: gizelifermino@hotmail.com.

[2]Doutora em Educaçãopela UNICAMP. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Coordenadora do Grupo de Pesquisas e Estudos História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares. Pesquisadora Produtividade dodoCNPq. 1C.E-mail: mcgmachado@uem.br.

Tendo em vista os resultados obtidos, a pesquisa subsidia na compreensão do pensamento educacional brasileiro, com destaque para a luta travada pela intelectualidade brasileira em busca da consolidação de um sistema de ensino público, que contribuísse para a modernização da nação.

Palavras-chave: Educação pública. Estado. Imprensa. Roque Spencer Maciel de Barros.